

Análise de sustentabilidade da entidade nos domínios económico, social e ambiental - 2018

1. Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas

Para o cumprimento dos objetivos e prioridades definidas para a área do Mar e tendo também como referência os projetos prioritários para o porto de Lisboa na estratégia para o aumento da Competitividade Portuária – Horizonte 2016-2026, o Porto de Lisboa concentrou a sua atuação no negócio portuário, promovendo a paz social e o entendimento entre todos os agentes económicos que atuam no Porto.

Foram concluídos os trabalhos de renegociação da concessão do terminal da Liscont em Alcântara, em estreita colaboração com a UTAP – Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos do Ministério das Finanças e os trabalhos preparatórios para a avaliação e lançamento da concessão do terminal do Barreiro, obra considerada fundamental para o reposicionamento estratégico do porto de Lisboa e sua evolução futura.

Salienta-se, igualmente, o trabalho desenvolvido em estreita colaboração com a LCP – Lisbon Cruise Port, Lda, concessionária do novo terminal de cruzeiros de Lisboa, contributo decisivo para a reeleição do porto de Lisboa como “Melhor Porto de Cruzeiros da Europa” nos World Travel Awards Europe de 2018, pela qualidade de serviços portuários prestados e pelas infraestruturas disponíveis para os turistas que visitam e fazem escala na cidade de Lisboa.

Foi cumprido o objetivo de preparação do lançamento da concessão do “Ocean Campus” mediante a realização dos respetivos estudos preparatórios e dos documentos instrutórios do procedimento concursal lançado em 2019.

Assume especial relevo pela profunda alteração na movimentação de cargas no Porto de Lisboa, o Estudo sobre a Navegabilidade do Rio Tejo, tendo em vista, nomeadamente a utilização da via fluvial para transporte de cargas até Castanheira do Ribatejo. Este estudo já concluído em 2019 permite avaliar a intervenção futura da APL enquanto facilitador da prestação deste serviço público.

2. Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade

A APL encerrou o ano de 2018 com um conjunto de resultados positivos evidenciando uma evolução positiva se comparados com o ano de 2017.

Para esta evolução positiva colaboraram três fatores primordiais:

- Aumento do Volume de Negócios;
- Manutenção e mesmo otimização de critérios de racionalização dos gastos operacionais;
- Decréscimo consistente dos gastos financeiros decorrente da redução continuada do endividamento bancário.

O investimento realizado no ano de 2018 apresentou um incremento considerável se comparado com o ano de 2017 (Ano 2018: 5 441 milhares de euros, Ano 2017: 1 081 milhares de euros). Destaca-se a realização de grandes reparações em equipamentos marítimos, a aquisição de uma nova lancha de pilotagem, intervenções de reabilitação em terraplenos e outras infraestruturas marítimas e dragagem no Canal da Barra essencial para a navegabilidade de navios de maior dimensão.

No âmbito da sustentabilidade dos Oceanos e Economia do Mar no ano de 2018 realizaram-se grandes eventos internacionais em parceria com a APL, S.A., dos quais destacamos:

- "Portugal Shipping Week" que englobou:

A "Seatrade Cruise Med", um dos maiores eventos de cruzeiros do mundo e o maior para o mercado do Mediterrâneo.

O "Oceans Meeting", que trouxe a Portugal responsáveis do setor da Economia do Mar oriundos de 70 países e oito altos representantes de Organismos Internacionais como a ONU, IMO, Comissão Europeia e UNESCO.

Os trabalhos do "Oceans Meeting" finalizaram com a leitura de uma Declaração Conjunta sobre "Economia Azul Circular, Green Shipping and Port Tech Clusters" com a qual os países e Organizações presentes se comprometem a fortalecer a governança dos oceanos nas três áreas referidas.

- "Sustentabilidade dos Oceanos, é urgente agir", discussão e apresentação de dados recolhidos no nosso mar com o objetivo de alertar e mostrar uma realidade que a curto/médio prazo comprometerá a sustentabilidade dos oceanos e a própria subsistência humana;

- O "Ocean Business 2018" que visou estimular o debate em termos dos negócios sustentáveis do oceano, como o transporte marítimo, a engenharia oceânica, a digitalização marítima, a robótica oceânica, a monitorização e proteção ambiental, segurança marítima, mas também atividades tradicionais como a pesca, aquacultura, turismo e lazer.

3. Cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial

a) Política de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável e dos termos do serviço público prestado

a.1) RESPONSABILIDADE SOCIAL:

- **Estágios curriculares** - dando continuidade a uma orientação há muito perfilhada no plano da responsabilidade social corporativa, a APL, S.A. prosseguiu, em 2018, a regular colaboração com vários estabelecimentos de ensino superior e escolas técnico-profissionais, viabilizando um novo conjunto de estágios curriculares em diferentes departamentos da empresa.

De acordo com as suas áreas de formação escolar, expectativas e interesses profissionais, os/as candidatos/as foram acolhidos/as pelos serviços que manifestaram a necessária disponibilidade funcional para o devido acompanhamento e tutoria, tendo ocasião de participar em muitas das atividades desenvolvidas.

Assim, para além de um processo transitado de 2017, tiveram início durante o último ano 4 novos estágios curriculares, na maioria dos casos, enquanto última etapa para a conclusão dos respetivos planos de estudo, comportando os cursos de Mestrado em Ciências do Trabalho e Relações Laborais (ISCTE), de Licenciatura em Geografia (IGOT), de Técnico Superior Profissional de Desenvolvimento de Dispositivos Móveis (ISTEC) e de Técnico de Logística (IEFP de Alcoitão).

- **Parceria** com a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH), através do Instituto de História Contemporânea (IHC) – na sequência do protocolo de cooperação assinado em 2014, com o objetivo de fomentar e desenvolver o estudo, a investigação, a valorização e a divulgação da história e do património portuário de Lisboa, deu-se continuidade, em 2018, à atividade de um bolsheiro da área de Arquivística, que permitirá desenvolver os objetivos definidos no referido protocolo de cooperação, nomeadamente o tratamento do arquivo intermédio e histórico da APL, sendo de destacar, em 2018, a conclusão do tratamento da documentação dispersa pelos vários serviços da APL e o início do tratamento da documentação em custódia na EAD, Lda.;
- **Participação nas Jornadas Europeias do Património 2018** - em setembro do ano transato teve lugar este evento, subordinado ao tema "Partilhar Memórias", coordenado, a nível nacional, pela Direção Geral do Património Cultural, e com a participação das mais diversas

entidades, com o objetivo de promover elos de ligação entre o património e a(s) comunidade(s) contribuindo, assim, para a valorização da cultura nas suas múltiplas dimensões. A APL associou-se a esta iniciativa através da realização de visitas guiadas e livres aos painéis de Almada Negreiros na Gare Marítima da Rocha Conde d'Óbidos, e da realização da workshop "À descoberta das embarcações do Tejo e seu registo arqueológico", em colaboração com a Império Arqueologia, Lda.;

- **Criação do Arquivo dos Portos de Lisboa, Setúbal e Sesimbra**
 - este projeto, aprovado no ano transato, prevê a centralização dos arquivos intermédio e histórico dos Portos de Lisboa, Setúbal e Sesimbra num único espaço, o que permitirá que o acervo documental destes portos sirva não apenas as respetivas administrações portuárias, mas também o público em geral e a comunidade científica. O Arquivo Histórico dos Portos de Lisboa, Setúbal e Sesimbra terá a responsabilidade de custódia e disponibilização da documentação produzida no âmbito da atividade das autoridades portuárias, bem como de divulgação e promoção da história e da importância destes portos e da atividade portuária para o desenvolvimento da Área Metropolitana de Lisboa, possibilitando, assim, a conservação da memória destas instituições. No âmbito deste projeto, em 2018, procedeu-se à aquisição de:
 - sistemas integrados de gestão de arquivo (intermédio e definitivo) – Archeevo - e de biblioteca – Koha -, bem como um portal agregador de conteúdos e pesquisa federada – Retrievo - que permitirá a pesquisa e o acesso através de um único interface à informação gerida no âmbito das aplicações de arquivo e biblioteca (em processo de implementação);
 - estantes rolantes para acondicionamento dos documentos arquivísticos. Este sistema de estantes consiste num conjunto de estantes montadas sobre bases móveis que se deslocam sobre carris, o que garante uma ordem e distribuição ótimos no arquivo, assim como uma grande poupança de espaço (implementação concluída).

- A APL está empenhada em garantir a qualidade e a segurança do tráfego marítimo portuário, pelo que se posicionou na vanguarda da utilização de meios tecnológicos de apoio à navegação, tendo a seu cargo a manutenção de uma boia ondógrafo, que mede, em tempo real, diversos parâmetros nomeadamente a altura das ondas. Parte dos dados recolhidos são disponibilizados ao público através da página da internet.

- Foram ainda desenvolvidas várias atividades no âmbito da segurança portuária (safety/security):
 - Manutenção do assinalamento marítimo do porto e prestação de auxílio a várias embarcações;
 - Lançamento de concurso público internacional para modernização do sistema VTS;
 - Lançamento de concurso público internacional para aquisição de nova lancha de pilotagem;
 - Lançamento de concurso público internacional para a prestação do serviço de vigilância humana nas instalações da APL;
 - Lançamento do processo de reparação geral do Mobile Scanner de rastreio não intrusivo de cargas acondicionadas em contentores marítimos;
 - Realização do exercício anual no âmbito do Plano de Proteção do Porto, que contou com a participação de 6 instalações portuárias, Polícia Marítima, Capitania e SEF;
 - Participação na Avaliação Schengen às fronteiras portuguesas, por parte da Comissão Europeia.

b) Proteção ambiental, princípios de legalidade e ética empresarial, desenvolvimento sustentável

- Tendo em atenção as principais características biofísicas do estuário do rio Tejo - o maior plano marítimo-fluvial da Europa e um dos de maior valor ecológico, constituindo um património cuja valorização, em todas as suas vertentes, é fundamental – pretende-se ter um conhecimento, cada vez mais aprofundado, do equilíbrio dinâmico deste sistema e adotar práticas de gestão que promovam a sua preservação e qualificação. Merecem particular atenção as questões relacionadas com o equilíbrio hidrodinâmico das barras do Tejo e zonas costeiras adjacentes e o incremento da qualidade ambiental do estuário, em sentido lato.

Neste sentido a APL tem investido na monitorização, para incremento do conhecimento, da região das Barras por forma a atuar de modo sustentável, em particular no que concerne à gestão das areias dragadas no Canal da Barra Sul. A APL privilegia soluções sustentáveis de reforço dos bancos de areias dessa Região ou, em colaboração com a APA, de alimentação artificial de praias como forma de combate à erosão costeira.

A APL tem um Contrato Interadministrativo com o Instituto Hidrográfico para a realização anual de diversos levantamentos hidrográficos na área. Ainda na vertente ambiental procedeu-se ao acompanhamento dos seguintes trabalhos:

- reformulação do Estudo Prévio e do Estudo de Impacte Ambiental do Terminal de Barreiro, na sequência do encerramento do anterior procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental, por forma a otimizar e consensualizar as suas soluções, evitando ou reduzindo os efeitos ambientais causados;
- avaliação de Impacte Ambiental do projeto do Terminal de Barreiro, junto da Agência Portuguesa do Ambiente (APA);
- processo de renegociação do contrato de concessão do Terminal de Contentores de Alcântara, na vertente ambiental, e do Projeto do Aumento de Eficiência do Terminal de Contentores de Alcântara e do respetivo pedido de decisão prévia sobre sujeição a AIA, formulado junto da APA;
- elaboração dos estudos de mercado, de avaliação económico-financeira e de operacionalização da navegabilidade do Tejo;
- fiscalização ambiental e conclusão dos trabalhos de demolição das instalações mecânicas do Parque de Armazenagem de Combustíveis da Petrogal, em Porto de Brandão;
- campanha de monitorização ambiental das dragagens de manutenção nos locais sujeitos a dragagens e no local de imersão de dragados, no interior do estuário do Tejo.
- campanha de monitorização ambiental da dragagem do Cana da Barra Sul e do local de imersão de material dragado do Cachopo Norte, fora da área de jurisdição da APL.
- caracterização de sedimentos na doca do Bom Sucesso com vista à realização da dragagem de manutenção para acesso à doca.
- estudo de Impacte Ambiental e Estudo Prévio da Marina Porto de Cruz com vista a submissão do projeto a procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental e colaboração na preparação do protocolo de entendimento entre a APL e a SILCOGE.
- gestão ambiental das praias durante a época balnear, com outras entidades, municípios e APA.

- Projeto BLUEPORTS

Neste âmbito a APL marcou presença num workshop realizado em Maio de 2018 na sede da DAMEN, na Holanda, de modo a tomar maior conhecimento (in-situ) da tecnologia de tratamento móvel que será testada no projeto, assim como para conhecer outros aspetos e novidades associados direta ou indiretamente à temática de águas de lastro, questão colocada continuamente pelos navios que escalam o porto.

Este workshop surge num momento em que os armadores requerem instalações em porto para tratar os resíduos das limpezas dos tanques de combustível e as águas de lastro porque as regras internacionais sobre a matéria impõem sistemas de tratamento dos mesmos, cuja instalação a bordo dos navios implica custos elevados.

O projeto internacional BLUEPORTS, ligado à gestão e tratamento de águas de lastro em ambientes portuários – Atlantic Blue Port Services (@BluePorts) - está integrado no programa INTERREG Espaço Atlântico, e conta com um investimento aproximado de 3 milhões de euros ao longo dos próximos 30 meses.

Este projeto é liderado pelo operador portuário CCI Brest (França) e composto por um consórcio de parceiros espanhóis, franceses, portugueses, irlandeses, britânicos e organizações internacionais (World Ocean Council). Os parceiros portugueses são a Direção-Geral de Política do Mar (DGPM), a Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM), as administrações portuárias de Lisboa, Setúbal, Açores, Leixões e Sines, o Fórum Oceano, a ECO-OIL, a Varela e a Action Modulers/Bentley (esta última, responsável pela coordenação dos parceiros nacionais no projeto).

Como resultado do projeto pretende-se promover, desenvolver e testar uma estratégia harmonizada, inovadora, ambiental e economicamente sustentável para o tratamento e descarga de águas de lastro dos navios nos portos do Espaço Atlântico, contribuindo ativamente para a implementação da nova Convenção IMO para a Gestão das Águas de Lastro – que entrou em funcionamento em Setembro de 2017- e para a aplicação da Diretiva Quadro da Estratégia Marinha na vertente respeitante ao risco associado à proliferação de espécies não indígenas. Neste contexto, existirão casos-piloto em Setúbal e nos Açores.

A APL constitui um parceiro associado na medida em que tem todo o interesse nos resultados do projeto que possam contribuir para o cumprimento da Diretiva Quadro da Estratégia Marinha e podem ser integrados nas estratégias de implementação da temática águas de lastro junto dos navios.

▪ **FUNDO AZUL**

Criado pelo Decreto-Lei n.º 16/2016, de 9 de março, este fundo constitui um mecanismo de incentivo financeiro para desenvolver, suportar e melhorar a economia do mar, a investigação, a proteção e monitorização do meio marinho e a segurança marítima.

Em 2018, a APL candidatou-se a 2 editais lançados no âmbito do Fundo Azul:

- Edital n.º 6 - Monitorização e Proteção do Ambiente Marinho - a APL candidatou-se com o projeto MONITORIZAÇÃO DA QUALIDADE DO AR NA ÁREA DE JURISDIÇÃO DA APL, com especial incidência nas áreas adjacentes ao terminal de passageiros e alguns terminais de carga (principalmente da margem Sul como a Atlanport, devido à movimentação de sucatas). Tem como parceiros o LCP (Lisbon Cruise Port), a FCT (Universidade Nova de Lisboa) e a ZERO. Aguarda-se tomada de decisão do Fundo Azul.

Pretende-se efetuar a avaliação e análise da qualidade do ar na área de jurisdição da APL, S.A. e em áreas adjacentes, através da monitorização de poluentes atmosféricos emitidos pelos navios, de carga e de passageiros, que escalam o porto de Lisboa.

A recolha de dados será efetuada com base em campanhas de monitorização efetuadas com estações móveis, em locais a definir estrategicamente consoante a orografia e a proximidade dos terminais com recetores sensíveis.

Em simultâneo, no dia das campanhas de monitorização, serão efetuadas ações de inspeção e campanhas de sensibilização aos navios que estão atracados em porto, para permitir recolher o máximo de informação sobre o desempenho ambiental dos navios.

A aquisição de estações meteorológicas permitem monitorizar parâmetros meteorológicos que complementam o estudo em causa.

Os dados obtidos e, conseqüente, análise irão resultar na elaboração de um Plano de Ação, o qual reúne estratégias adequadas a implementar que permitam, em simultâneo, a redução da poluição atmosférica causada pelos navios e o incremento do desenvolvimento portuário.

O cariz inovador deste projeto está no fato de se estarem a dar os primeiros passos para a definição de uma estratégia portuária cuja meta é a redução das emissões atmosféricas, quer dos navios quer dos terminais, que se pretende faseada e contínua ao longo dos anos, envolvendo progressivamente os diversos elementos da comunidade portuária.

A partilha de informação e know-how resultante das campanhas de monitorização e das inspeções efetuadas aos navios, com outros portos, nacionais e internacionais, representa ainda uma mais-valia no meio portuário.

- Edital n.º 4/2017 – Segurança Marítima - a APL apresentou o projeto SISTEMA DE ASSINALAMENTO MARÍTIMO E MONITORIZAÇÃO, não tendo sido aprovado para desenvolvimento.

O projeto consiste na instalação de Lanternas LED KIT 860 em 60 boias existentes na área de jurisdição da APL - desde o canal de acesso da Barra Sul até a jusante dos terminais cerealíferos de Alhandra, na Cala das Barcas.

Enquanto Autoridade Portuária, a APL,SA é responsável pela instalação e manutenção dos sistemas de balizagem e assinalamento marítimo de toda a área portuária do Porto de Lisboa.

O parque de equipamento de balizagem sob responsabilidade da APL, composto por conjuntos boia/lanterna, não tem, presentemente, qualquer tecnologia de monitorização em tempo real, associado. A nível operacional, a APL só tem conhecimento de uma anomalia num equipamento de sinalização, avaria, desvio do local de instalação, abalroamento, quando eventualmente exista uma participação formal dos utentes do rio.

A monitorização das boias em tempo real constitui uma mais valia para a segurança da navegação no rio Tejo, pelo que os beneficiários são os diversos “utentes/utilizadores” do rio, quer empresas de tráfego local (por exemplo, rebocadores, transporte de passageiros), quer a navegação internacional de mercadorias e passageiros e até a náutica de recreio.

c) e d) Planos de Igualdade e Princípio da Igualdade do Género

Depois de, em 8 de abril de 2016, ter assinado uma carta de compromisso e um plano de ação no âmbito do “Projeto Igualdade de Género nas Empresas – Break Even – Promoting Gender Equality In Business”, esta Administração Portuária aderiu ao “Fórum Empresas para a Igualdade de Género – O nosso Compromisso” em 6 de dezembro de 2016.

Com esta adesão pretendeu-se reforçar o compromisso da igualdade de género no quadro da missão e dos valores estratégicos que prossequimos, melhorando, de forma sustentada, os respetivos indicadores de igualdade de género, conciliação entre vida profissional,

peçoal e familiar e proteção na maternidade e paternidade, numa perspetiva de desenvolvimento e de bem-estar.

Este fórum é promovido pela Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego e pelas organizações membros, e coordenado por uma task force mandatada por estas organizações, que nas atividades desenvolvidas seguem uma metodologia de trabalho participativa.

Em 18 de dezembro de 2018 a APL, S.A. voltou a renovar o seu acordo de adesão ao Fórum Empresas para a Igualdade de Gnero – O nosso Compromisso.

A carta de compromisso e o plano de ação, aprovados pela ordem de serviço n.º 12/2016, de 6 de maio, bem como o Acordo de Adesão, e respetivas renovações, encontram-se publicados na intranet da empresa.

e) Políticas de recursos humanos

A política de recursos humanos na APL reflete a missão e valores da organização, discutidos e partilhados transversalmente por todos os intervenientes e comporta os seguintes pressupostos:

- i. Desenvolvimento de processos de seleção interna, de acordo com as necessidades dos serviços e com o perfil funcional requerido, privilegiando-se as qualidades pessoais identificáveis com os valores da empresa, bem como as competências técnicas e profissionais fundamentais para a prosseguço dos resultados organizacionais e pessoais definidos;
- ii. Promoção de uma integração organizacional e funcional progressiva, que permita aos/às trabalhadores/as o exercício autnomo e responsável das suas tarefas, fomentando uma permanente valorização pessoal e profissional;
- iii. Aplicação de um sistema de Avaliação do Desempenho que permita conhecer e reconhecer o desempenho profissional e a produtividade, bem como diagnosticar os seus pontos fortes e necessidades de desenvolvimento, favorecendo-se o crescimento sustentado das pessoas, das equipas e de toda a Organização;
- iv. Desenvolvimento de uma organizada e adequada política de Formação capaz de colmatar as necessidades individuais, aumentar

as competências e criar condições para o desenvolvimento pessoal e profissional;

- v. Defesa do tratamento justo e igualitário dos/as trabalhadores/as como princípio essencial, implementando uma política rigorosa e construtiva de incentivo à mobilidade interna e flexibilidade de funções;
- vi. Implementação de uma verdadeira cultura de prevenção dos riscos profissionais e promoção da saúde dos/as colaboradores/as, apostando na criação de um ambiente de trabalho seguro e saudável, que contribua para a redução da sinistralidade e da taxa de absentismo e, simultaneamente, para o aumento da produtividade e da competitividade da empresa;
- vii. Promoção de uma cultura de diálogo e consenso com trabalhadores/as e parceiros sociais, condição essencial para o alcance da eficiência e eficácia organizacionais;
- viii. Em conformidade com a nossa política de abertura ao exterior, há muito enraizada, a empresa viabiliza com regularidade diferentes processos de estágio de natureza curricular, envolvendo finalistas de diferentes cursos de licenciatura e alunos/as da formação profissionalizante, visando oferecer, sobretudo, uma experiência efetiva em ambiente real de trabalho, conforme já referido na alínea a).

f) Política de responsabilidade económica, competitividade, integração de novas tecnologias no processo produtivo

- GEOPORTAL SIG – Sistema de Informação Geográfica

O território sob área de jurisdição da APL está em constante transformação. As rápidas alterações que se observam conduzem à necessidade de desenvolvimento de novas estratégias que visem gerir o território de uma forma mais adequada.

Nesse sentido a APL em 2018 deu continuidade ao desenvolvimento do seu Geoportal, adicionando-lhe novos conteúdos e funcionalidades.

Um dos desenvolvimentos que se destacou foi a disponibilização dos levantamentos Hidrográficos. O Geoportal passou assim a

disponibilizar o último, penúltimo e antepenúltimos levantamentos hidrográficos, para cada cais, de forma automática.

Foram também adicionadas cartas antigas e uma cobertura de cartas topográficas de 1938, dando aos utilizadores a capacidade de observar a evolução das margens do rio Tejo, no último século.

Em Outubro de 2018 a APL apresentou o seu Geoportal na IX CNGC – IX Conferência Nacional de Cartografia e Geodesia, organizada pela ordem dos engenheiros, que se realizou na Academia Militar.

- Modernização do Sistema VTS

Foi lançado concurso público internacional de modernização do sistema VTS do Porto de Lisboa, implicando a total digitalização do sistema de rastreio de navios, novas bases AIS, RADAR e comunicações VHF, em Algés, Caxias, Trafaria, Beato e Montijo. Este projeto envolve total remodelação dos sites e no Ed. VTS a modernização da sala de controlo de tráfego marítimo e segurança e a sala de coordenação de pilotagem.

- Alteração de procedimentos e meios no âmbito da atividade de fiscalização

O serviço foi reestruturado de modo a realizar toda a programação e troca de informação através de meios móveis digitais, com recurso a tablets, o que tornou possível:

- . Redução muito significativa do recurso ao suporte papel para organização dos processos destinados ao serviço externo, com efeitos sensíveis na quantidade de papel utilizado que se reduziu substancialmente;
- . Maior antecedência na programação das ações de fiscalização;
- . Maior rapidez de resposta, análise, transmissão da informação e decisão;
- . Melhor qualidade e maior quantidade de documentos de apoio e consulta disponibilizado às equipas no terreno para desenvolvimento do serviço;
- . Maior autonomia das equipas na organização do serviço diário e resposta às solicitações dos serviços internos;
- . Conhecimento permanente por todos os colaboradores dos processos em acompanhamento e seu estado de desenvolvimento, com subsequente redução de erros e omissões.

- Transporte de resíduos – alteração de procedimentos

Desde janeiro de 2018, apenas as guias de acompanhamento emitidas na plataforma SILiAmb são válidas para transporte de resíduos, independentemente da tipologia dos mesmos resíduos. O transporte de resíduos encontra-se atualmente regulado pela Portaria n.º 145/2017 que define as regras aplicáveis ao transporte rodoviário, ferroviário, fluvial, marítimo e aéreo de resíduos em território nacional e tornou obrigatória a utilização das guias eletrónicas de acompanhamento de resíduos (e-GAR). Anteriormente as guias eram em papel e em triplicado.

Qualquer movimento de resíduos em que a APL seja considerada produtor ou detentor dos resíduos tem que ser acompanhado por uma e-GAR, não podendo o transporte dos mesmos ser iniciado sem que exista uma guia validada/autorizada pela APL, o que implica uma disponibilidade de 24h por parte da APL para elaboração e/ou validação das e-GAR emitidas uma vez que o serviço é prestado aos navios 24h/dia e 365 dias/ano.

Esta alteração implica um reforço da coordenação e organização dos trabalhos já que no caso das e-GAR não estarem validadas pela APL após o término da operação, o operador de resíduos não pode realizar o encaminhamento a destino final, ficando os camiões retidos no terminal, o que gera atrasos na sua logística e, conseqüentemente, noutras operações de recolha de resíduos de navios.